

Cotação

- Dólar: R\$ 5,64
- Euro: R\$ 6,39



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quarta-feira • 28 de Maio de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	29 de Maio
• Dia Mundial do Hambúrguer • Assinatura do Decreto de 28 de maio de 1810 (teatro nacional)	• Dia do Estatístico • Dia do Geógrafo

Agenda do dia

Hoje	29 de Maio
• Sem Agenda	• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Radar Litoral • Portal Notícias do Litoral • Fala Caragua • Diário Caiçara • Band Vale • Notícias das Praias • Ubatuba Times • Notícias do Litoral Norte • Boca no Trombone • Jornal Expressão Caiçara • Jornal Leia •

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
Câmara de Caraguá discute projetos sobre meio ambiente, transparência e consórcio regional.....	12
Michelli Veneziani se filia ao PSD e reforça presença feminina na política do Litoral Norte	13
Cotidiano.....	14
Caraguatatuba recebe edição 2025 do Festival Jazz & Vinhos de 5 a 8 de junho.....	14
Serra Nova da Tamoios será fechada para manutenção e Simulado de Acidente.....	15
Caraguá divulga resultado preliminar do processo seletivo de estagiários.....	16
Caraguatatuba oferece 91 vagas de emprego nesta segunda-feira.....	17
Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba recebe oficina de Poesia nesta quinta.....	18
Mostra Novo Cinema Mexicano segue nesta sexta com exibição de filmes na Casa da Democracia.....	19
Programa de Estágio da Sabesp abre vagas de estágio em São José dos Campos e Caraguatatuba.....	20
Navegar Experience reúne centenas de participantes e movimenta fim de semana em Caraguatatuba.....	21
Turismo e Esporte.....	22
Terceira rodada do Torneio da Cidade de Futebol movimenta Caraguatatuba – chuva adia cinco jogos.....	22
Copa Caiçara de Jiu-Jítsu reúne amantes da modalidade em Caraguatatuba.....	23
Geral.....	24
Mulher é detida ao tentar entrar com droga no CDP de Caraguá.....	24
Homem é indiciado por agressão após imobilizar companheira para pegar celular em Caraguatatuba.....	25
Clipping Eletrônico.....	26
Entrevista com o Secretário de Saúde, Dr. Raphael Ghetti, para a TV Câmara.....	26

Política

Folha de São Paulo

Recado dos EUA deu justificativa para inquérito contra Eduardo Bolsonaro

Especialistas ouvidos pela Folha avaliam que fatos novos e inércia da Câmara dos Deputados justificam investigação, mas também há crítica a abordagem criminal

Arthur Guimarães de Oliveira
e João Pedro Abdo

SÃO PAULO A abertura do inquérito contra o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) ocorre após manifestação do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, sobre possibilidade de punir o ministro do Alexandre de Moraes (STF) e em cenário no qual a Câmara dos Deputados não tomou nenhuma medida em relação à conduta do congressista.

A pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), Moraes abriu nesta segunda-feira (26) uma investigação no Supremo contra o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelos supostos crimes de coação, obstrução de investigação e abolição violenta do Estado democrático de Direito.

Especialistas ouvidos pela Folha dizem que a atuação do congressista no exterior vem gerando fatos novos que justificam abertura de investigações —soma-se a isso a afirmação de Rubio de que sanções a Moraes estão sendo analisadas pelo governo de Donald Trump.

Enquanto há críticas à abordagem pela via criminal, também é feita a ressalva de que o Legislativo não está atuando sobre o tema.

A atuação do deputado no exterior chegou a ser objeto de pedido de cassação por quebra de decoro à Comissão de Ética da Câmara pelo PT em fevereiro.

Após o pedido da PGR desta segunda-feira, o líder do partido na Casa, Lindbergh Farias (RJ), disse que apresentará novo requerimento ao conselho, desta vez pe-



O deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro. Zeca Ribeiro - 21.mai.24/Câmara dos Deputados



“Antes de perguntar se é coação ou obstrução de Justiça (...), o Parlamento deveria estar se perguntando se é conforme o decoro parlamentar um congressista estar em outra nação articulando ataque contra um juiz da Suprema Corte.”

Davi Tangerino
professor da Uerj

los crimes de obstrução da Justiça e contra a soberania nacional.

Lindbergh e o deputado Rogério Correia (PT-MG) encaminharam uma solicitação, em março, de abertura de um inquérito contra Eduardo, com pedido de retenção de passaporte. Moraes, no entanto, arquivou o pedido por entender que não havia evidências de ilegalidades, acolhendo manifestação da PGR, que também opinou pela negativa.

Para Maira Salomé, advogada e vice-presidente da comissão de direito penal do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo), há relação entre o andamento das ações penais contra os envolvidos na trama golpista e a mudança de tom das falas de Eduardo.

“Não tínhamos, pelo menos

não tão claramente, uma expectativa de ameaças ou de pedidos claros para autoridades americanas de qualquer eventual sanção para autoridades brasileiras”, diz. “Quando ele [Eduardo] se licencia, vai um degrau acima e começa a dizer que sim, vai buscar medidas sancionatórias contra, sobretudo, o ministro Alexandre de Moraes.”

Professor de direito penal da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Davi Tangerino criticou o que considera vício brasileiro de buscar soluções via criminalização. Para ele, o debate seria mais produtivo no Legislativo.

“Antes de se perguntar se isso é coação ou obstrução de Justiça, com todas essas ginásticas interpretativas que são sempre

perigosas em matéria penal, o Parlamento deveria estar se perguntando se faz sentido, se é conforme o decoro parlamentar um congressista estar em outra nação articulando um ataque contra um juiz da Suprema Corte.”

Segundo ele, ante a inércia do Congresso, os fatos novos justificam a abertura de um inquérito.

Luisa Ferreira, professora da FGV Direito SP, diz que, embora o deputado possa se apoiar na legislação americana para pedir punições, anunciar de forma ostensiva que busca sanções contra uma autoridade de investigação brasileira ultrapassa os limites do direito de defesa.

“Quando ele publiciza isso, mostra interesse, não de ver necessariamente o ministro Alexandre [sendo] processado [por eventuais crimes], mas de que as pessoas tenham medo de seguir e continuar processando o ex-presidente Jair Bolsonaro, com medo de eventual retaliação”, afirma.

Ela diz que há poucos critérios para se iniciar uma investigação no Brasil e que por isso já seria possível iniciar uma a partir do que se sabe até agora, o que, afirma, “não significa que ele pode ser condenado só com base nisso”.

Carolina Ferreira, advogada e professora do IDP e da Uniceub (Centro Universitário de Brasília), afirma que um inquérito policial é uma investigação preliminar e não dá ao investigado o status de acusado ou réu.

Para ela, isso afasta o possível argumento de que as ações de Eduardo nos EUA seriam, na verdade, meios de defesa processual e reações a uma possível perseguição política.

“A petição [da PGR] indica que ele precisa ser ouvido para oferecer esclarecimentos em relação a esses fatos. Então, ele pode se defender indicando o que de fato está fazendo nos Estados Unidos. Quais são as agendas que tem empregado, em que medida isso se afasta de qualquer tipo de organização criminoso. Acho que esse é o ponto principal agora”, afirma.

Folha de São Paulo



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, em evento na CNI, em Brasília. Pedro Ladeira - 26.mai.25/Folhapress

Câmara sob Motta fica presa a temas polêmicos e escorrega em busca de rumo em votações

Reunião de líderes teve cobrança de apoio ao presidente da Casa; parlamentares correm para tentar marca positiva até festas juninas

Marianna Holanda e
Raphael Di Cunto

BRÁSILIA A menos de um mês do fim do semestre, parlamentares e aliados do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), veem a Casa a reboque de polêmicas e pautas negativas, como a discussão de anistia a condenados do 8 de Janeiro e as crises com o STF (Supremo Tribunal Federal), além de projetos corporativistas.

Para esses interlocutores, ouvidos reservadamente, falta agenda ao Parlamento. Com base nesse entendimento, Motta anunciou nesta semana a criação de comissões especiais, grupo de trabalho e um esforço concentrado para votar longa pauta remanescente — projetos prontos para análise, muitos sem polêmicas, mas aguardando votação.

Levantamento da **Folha** em abril mostrava Motta à frente de 10 das 23 reuniões deliberativas. Quando assumiu o posto, prometeu não fazer surpresas no plenário e decidir a pauta com antecedência, buscando consenso. Mas agora parlamentares falam em ritmo lento de votações ou em Câmara paralisada.

As queixas ao estilo Motta foram tema de uma fala dura do líder do PP, Luizinho (RJ), em reunião de líderes na última quinta (22). Um dos principais aliados do presidente da Casa, cobrou dos líderes que defendessem Motta por fazer o que prometera na campanha: previsibilidade e respeito às comissões.

Motta não mencionou o assunto, mas também cobrou dos líderes presença maior no plenário. Chegou a dizer que não pode votar apenas um projeto por dia e

que, mesmo quando não há entendimento, é preciso votar.

Ele corre contra o tempo para encerrar o semestre com marca positiva. Na primeira semana de junho, o Parlamento vai sediar o Fórum Parlamentar dos Brics e, na última, os trabalhos serão interrompidos para as comemorações de São João.

Na reunião, ficou decidida a criação de comissão especial sobre mudanças na lei sobre portos e outra para motoristas de aplicativo — projeto de interesse do governo e que Motta quer expandir para além de aplicativos de carro. Também será criado um grupo de trabalho da reforma administrativa, que discutirá uma parte das mudanças já propostas pelo Executivo para carreiras.

Aliados de Motta não conseguem dizer o que é prioridade de sua gestão e o que ele pretende deixar como legado. Mas avaliam que a reforma administrativa será, provavelmente, uma das prioridades nos próximos meses.

Citam como importante projeto aprovado o que impõe reciprocidade de regras ambientais e comerciais nas relações do Brasil com outros países, em resposta ao anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de tarifação dos produtos brasileiros.

Mas reconhecem que as falas de Motta têm se limitado a dois assuntos: a PEC (proposta de emenda à Constituição) do governo que dá status constitucional ao Susp (Sistema Único de Segurança Pública) e o projeto que isenta do Imposto de Renda os rendimentos de até R\$ 5.000 mensais.

Reservadamente, um líder pontuou que o ritmo do presidente anterior da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), era imprevisível, mas

que a dificuldade de acelerar as análises em plenário está associada ao clima de tensão entre os Poderes e obstrução de sessões pela oposição.

Neste ano, foram aprovados cem projetos de lei, projetos de lei complementar e medidas provisórias no plenário.

Agenda também foi preenchida com pautas polêmicas ou negativas, como a aprovação de projeto que prevê aumentar a quantidade de deputados de 513 para 531, além de redistribuir a divisão de cadeiras entre os estados.

No dia seguinte, a Casa aprovou projeto que suspende a ação penal contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), podendo atingir todo o processo da trama golpista de 2022 e beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A medida confrontou entendimento do STF e foi derrubada pela Primeira Turma da corte. Ainda que estivesse precificada a decisão dos magistrados, o tema acirrou os ânimos com o Parlamento. A Câmara recorreu da decisão, que aguarda deliberação.

A aprovação da medida foi um ato de cooperativismo, mas também um importante gesto para a oposição, que cobra Motta para pautar o projeto que dá anistia aos condenados no 8 de Janeiro.

Mas essa pauta não é prioridade de Motta, hoje mais próximo do presidente Lula (PT) e evitando o escalar o confronto com o STF.

Apesar disso, Motta tem marcado diferenças na questão fiscal e de gastos públicos. Ele criticou o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em contratação de crédito para empresas e compra de moeda estrangeira em espécie, entre outras situações.

Folha de São Paulo

Fritura de Haddad e Marina expõe governo incapaz de fazer blindagem

Análise

Desgaste permanente de ministros que comandam vitrines de Lula é sintoma de ambiente político hostil, composto por divisões internas, aliados com interesses opostos e queda da popularidade

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Fernando Haddad (Fazenda) e Marina Silva (Meio Ambiente) estão em posições distintas, mas compartilham uma condição peculiar. Os dois veteranos foram escolhas pessoais de Lula (PT) para áreas que o presidente gostaria de ter como vitrines em seu terceiro mandato. Ao mesmo tempo, ocupam flancos vulneráveis de um governo incapaz de oferecer blindagem à dupla.

O processo permanente de desgaste dos dois ministros é sintoma de fragilidades individuais, mas também resultado de circunstâncias políticas que limitam a capacidade de ação e reação do terceiro governo Lula.

O frequente bombardeio ao ministro da Fazenda e o longo ataque direcionado à ministra do Meio Ambiente nas últimas semanas resumem esse ambiente.

Ambos assumiram a posição de alvos preferenciais num governo recheado de divisões internas e rodeado de aliados que guardam interesses em conflito com as agendas da dupla. Nesses círculos, há gente poderosa o suficiente para aplicar derrotas em série aos dois ministros.

Haddad se tornou um frequentador assíduo dessa arena. Ao patrocinar uma agenda de controle de gastos, o ministro entrou em conflito direto com pretensões po-



Fernando Haddad e Marina Silva participam do fórum mundial de Davos. Arnd Wiegmann - 17.jan.23/Reuters



O processo permanente de desgaste dos dois ministros é sintoma de fragilidades individuais, mas também resultado de circunstâncias políticas que limitam a capacidade de ação e reação do 3º governo Lula

líticas de colegas da Esplanada e, em muitos casos, do próprio Lula.

O ministro da Fazenda manteve protegida a espinha dorsal dessa plataforma, mas quase sempre foi incapaz de evitar certas torções, das menos às mais violentas.

A decisão do governo de adotar soluções financeiras criativas para bancar programas de isenção da conta de luz e distribuição de botijões de gás foi a repetição de uma longa tensão interna que opõe Haddad a operadores políticos que defendem a expansão de medidas capazes de alavancar a popularidade de Lula até as pró-

ximas eleições, como Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (Minas e Energia).

O constante fogo amigo levou o ministro da Fazenda a buscar, em muitos casos, um refúgio de autopreservação marcado por alguma dose de isolamento na fabricação das medidas econômicas consideradas mais sensíveis.

Em circunstâncias como essas, Haddad mantém sua autoridade, mas também assume quase sozinho a responsabilidade por passos em falso. O tumulto provocado pela edição do decreto que aumentou o IOF, parcialmente re-

vogado, pode ser considerado um exemplo dessa situação.

No meio do campo, há um presidente com energia insuficiente para se dedicar à proteção de peças-chave de seu governo. A estabilidade da agenda de Haddad pode ser um ativo para Lula, mas o presidente também tem sua própria sobrevivência política em vista, num horizonte mais próximo.

A queda de popularidade, a ameaça à reeleição e a proximidade da disputa tornaram mais imediatos os cálculos feitos pelo presidente na arbitragem de disputas internas envolvendo Haddad. A adoção de políticas que podem estar no programa eleitoral do petista no ano que vem se tornam prioridades.

Parte desses elementos também explica a vulnerabilidade de Marina. O avanço aparentemente inabalável do processo de liberação da exploração de petróleo na Margem Equatorial é uma amostra de que, em nome de projetos econômicos vultosos, o governo é capaz de andar na contramão da ministra e de braços dados com aliados fortes como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Nos últimos dias, essa aliança deixou Marina no caminho de um trator, pilotado por Alcolumbre, que aprovou a flexibilização de regras de licenciamento ambiental. Cada vez mais dependente do senador, no meio da hostilidade enfrentada na própria base governista, a equipe de Lula nem mesmo teve condições de reforçar as linhas de defesa da ministra.

Restou ao presidente ficar ao lado de Marina depois que ela foi alvo de um ataque baixo de senadores na sessão desta terça-feira (27) da Comissão de Meio Ambiente. Lula e seus auxiliares deram apoio à ministra sem poder, ao menos até aqui, mudar de posição nos embates de mérito.

Leia mais na pág. A33

Folha de São Paulo

Lula escolhe juiz para o STJ apoiado por governador do Piauí e pelo ministro Kassio Nunes Marques, do STF

Catia Seabra e José Marques

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) escolheu nesta terça-feira (27) Carlos Pires Brandão, do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), para uma das duas vagas abertas de ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Brandão é apoiado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Kassio Nunes Marques e pelo governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT). Ele foi escolhido sete meses após o STJ montar duas listas tripliques para o presidente selecionar dois nomes, que ainda serão sabatinados pelo Senado.

Brandão participou de reunião com Lula nesta terça (27) no Palácio da Alvorada. Estavam presentes os ministros Rui Costa (Casa Civil), Ricardo Lewandowski (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União), bem como o secretário para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério de Souza, e o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Manoel



**Petista desmarca
ida a eventos e se
recupera em casa**

O presidente Lula (PT) desmarcou sua participação em dois eventos desta terça-feira (27) após sofrer um episódio de labirintite.

Segundo a Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência), ele foi medicado e passa bem, mas fará despachos diários em casa, no Alvorada.

Lula teria dois compromissos públicos nesta terça: a cerimônia do Dia do Diplomata, no Palácio do Itamaraty, onde foi representado pelo vice Geraldo Alckmin (PSB), e uma reunião com reitores de universidades federais.

Carlos de Almeida Neto.

Durante o encontro, Lula telefonou para o governador do Piauí, que é próximo de Brandão e a quem é creditada a escolha. Para o presidente, essa seria uma homenagem à população do Piauí e ao Nordeste, onde teve votação expressiva para a eleição.

Segundo integrantes do Judiciário, o presidente também telefonou para Kassio, em um gesto de deferência. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Supremo, o ministro tem boa interlocução no STJ e vem se aproximando do governo Lula.

Assim como ele, Carlos Brandão é piauiense. Concorreu ao STJ também em 2022, com aval do contrerrâneo, e acabou derrotado, mas retornou com força na disputa iniciada no ano passado.

A lista de postulantes dos Tribunais Regionais Federais era composta também por Daniele Maranhão, do TRF-1, em Brasília, e por Marisa Santos, do TRF-3, em São Paulo.

O presidente decidiu fazer a indicação de apenas uma das duas vagas porque ainda permanece uma disputa política pela indicação do segundo posto, destinada ao Ministério Público.

As duas cadeiras ficaram vagas com a aposentadoria de duas ministras, Laurita Vaz, em outubro de 2023, e Assusete Magalhães, em janeiro do ano passado.

Havia mais pressa para a definição da lista da qual o magistrado fazia parte porque ela corria o risco de caducar devido à exclusão de uma das candidatas, Mari-sa Santos, que completa 70 anos em 8 de junho e deixa de ser elegível para nomeação ao STJ. Como ela não poderia ser empossada após essa data, poderia ser aberta nova uma disputa pela vaga no tribunal.

Ficou de fora da lista Ney Bello, apoiado pelo também ministro do STF Flávio Dino e considerado desafeto de Kassio —que trabalhou para evitar a sua indicação ao STJ por Bolsonaro em 2022.

Folha de São Paulo



Plenário do Senado Federal durante sessão realizada em outubro do ano passado Gabriela Biló - 8.out.24/Folhapress

Divisão sobre tempo de mandato de senador atrasa PEC do fim da reeleição

Relator propôs período de 10 anos para senadores, mas comissão reduziu prazo para 5 anos por sugestão de parlamentares do PL, o que provocou mal-estar no Senado

Thaís Oliveira

BRASÍLIA Uma emenda incluída de última hora para reduzir o mandato de senadores provocou mal-estar no Senado e deve retardar a votação em plenário da PEC (proposta de emenda à Constituição) que acaba com a reeleição para presidente, governadores e prefeitos.

A PEC foi aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado na semana passada em um amplo acordo em torno do fim da reeleição, mas a mudança no mandato de senadores de dez anos para cinco provocou enorme reação nos bastidores.

O parecer do relator, Marcelo Castro (MDB-PI), aumentava o mandato dos senadores dos atuais oito anos para dez. A redução foi incluída pela oposição — que estava em maioria na hora — por sugestão do líder do PL, Carlos Portinho (RJ), e do senador Eduardo Girão (Novo-CE).

A medida motivou um bate-boca descrito como tenso na última reunião de líderes, na quinta (22), entre Portinho, Girão e o líder do MDB, Eduardo Braga (AM).

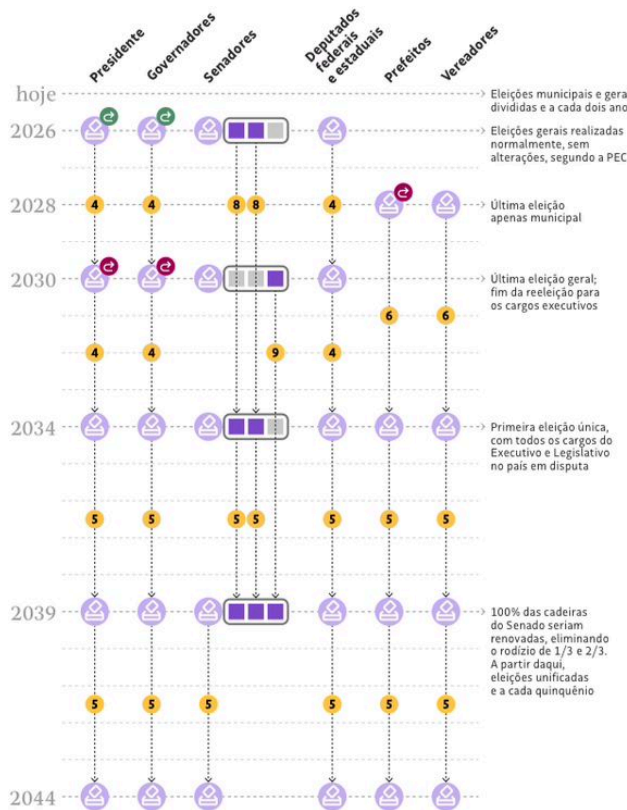
Pessoas presentes no encontro dizem que Braga criticou duramente os colegas pela forma como a mudança foi feita durante a CCJ, sem discussão prévia.

Segundo relatos, Braga disse que houve ataque aos senadores, que tiveram direitos reduzidos, enquanto todos os outros cargos ganharam mandatos maiores — de quatro para cinco anos, após o período de transição.

Parlamentares que testemunharam o desentendimento dizem que Portinho cobrou respeito e disse que não houve pegadinha. Girão teria respondido que o Senado está aquecido por outros motivos. Senadores que criticam a mudança veem oportunismo da

Como é e como ficará a escolha de representantes se PEC do fim da reeleição for aprovada

● Eleição
 ● Reeleição possível
 ● Fim da reeleição
 ✕ Mandato (em anos)
 ■ Senado renovado em rodízio: 1/3 em uma eleição, 2/3 no pleito seguinte



oposição sobre o tema. Reservadamente, cardeais do Senado afirmam que a emenda foi incluída na PEC de forma eleitoreira uma vez que congressistas serão forçados a se expor em defesa de algo que já existe, um mandato maior.

Para um líder que preferiu não se identificar, a medida expõe o Senado porque a população pode entender como privilégio a existência de mandato de dez anos ou mesmo de oito anos, como hoje.

Na discussão, Portinho afirmou ser preferível um mandato de cinco anos em vez de dez, em prol da alternância de poder, que terá um mandato de cerca de seis anos, até o fim da legislatura, e que percebeu que cinco anos bastam.

"Eu vou jogar com o argumento que muitos podem estar imaginando, olhando para o seu próprio umbigo: 'Ah, mas vai ser muito bom para mim, daqui... Nas próximas eleições, eu vou ter dez anos'. E se você perder? Então, olhe para o seu umbigo também", disse Portinho.

Ele assumiu uma das três vagas do Rio de Janeiro no Senado após a morte do senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ), em outubro de 2020.

A discussão acabou se afunilando em torno de um mandato de cinco ou dez anos para o Senado porque, além de proibir a reeleição para cargos do Executivo, a PEC unifica as eleições gerais e municipais. Hoje, há eleição a cada dois anos, ora para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, ora para prefeitos e vereadores.

A medida propõe transição gradual e complexa até 2039, quando todos os mandatos passariam a durar cinco anos. Mas o caminho até essa padronização inclui uma série de mandatos com durações variáveis (de quatro, cinco, seis, oito e nove anos), conforme os cargos e os anos de eleição.

Antes da votação na CCJ, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), avisou a colegas que incluiria a PEC na pauta do plenário nesta semana. Com a divisão, parlamentares afirmam que o presidente deve esperar a discussão esfriar.

Nos bastidores, senadores dão como certa a volta do mandato de dez anos, como sugeriu Castro inicialmente. O mandato maior pode ser reinserido na PEC durante a votação no plenário inclusive por iniciativa de Alcolumbre, de acordo com parlamentares a par do assunto.

O texto aprovado na comissão precisa ser votado no plenário do Senado em dois turnos com ao menos 41 dos 81 votos. Se passar, a PEC precisa tramitar na Câmara pela CCJ, comissão especial e, depois, plenário. É preciso do voto de ao menos 308 dos 513 deputados.

A possibilidade de reeleição para ocupantes de cargos do Executivo foi aprovada pelo Congresso a partir de uma emenda à Constituição em 1997.

A legislação entrou em vigor imediatamente, aplicando-se já ao pleito subsequente. O principal beneficiário foi o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), eleito anteriormente à inclusão dessa possibilidade na Constituição.

Folha de São Paulo



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Lula em evento em fevereiro. Gabriela Biló - 12.fev.25/Folhapress

Fazenda não detalhou a Lula impacto do IOF, e Casa Civil teve menos de 24 h para análise

Conteúdo do decreto foi guardado a sete chaves; procuradas, pastas de Haddad e Rui Costa e a Secom não se manifestaram

Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Catia Seabra

BRASÍLIA O Ministério da Fazenda não detalhou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a extensão do decreto de aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que atingiu em cheio as aplicações de fundos de investimentos brasileiros no exterior e foi parcialmente revogado horas depois de ser publicado no Diário Oficial da União.

Em entrevista ao jornal O Globo publicada no domingo (25), o ministro Fernando Haddad disse que o decreto "foi debatido na mesa do presidente" ao ser questionado sobre a estratégia de comunicação das medidas, o que foi malvisto. Na avaliação de integrantes do governo, o chefe da equipe econômica acabou jogando a crise no colo de Lula, embora o presidente não conhecesse todos os detalhes da mudança.

As informações repassadas pelos integrantes da Fazenda sobre a medida foram de caráter geral e se concentraram no que a pasta chama de núcleo do decreto: o fechamento de brechas tributárias e o impacto da alta do imposto nas operações de crédito de empresas para ajudar a tarefa do Banco Central de esfriar a atividade econômica e garantir o controle da inflação.

Outro foco das discussões foi a previsão de arrecadar R\$ 20,5 bilhões com a medida, o que diminuiu a necessidade de congelar despesas para cumprir regras fiscais. Sem o decreto do IOF, o governo teria sido obrigado a travar R\$ 51,8 bilhões em gastos, incluindo uma contenção maior nas emendas parlamentares. Com a arrecadação extra, a contenção ficou em R\$ 31,3 bilhões.

Nos últimos dias, a reportagem da Folha ouviu integrantes do go-

verno que participaram das discussões internas sobre o decreto e apontaram uma sequência de falhas na elaboração da medida, catalisada pelo prazo exigido que a equipe econômica tinha para apresentar uma fonte extra de recursos. O relatório bimestral de avaliação do Orçamento de 2025 precisava, por lei, ser enviado ao Congresso até 22 de maio.

O conteúdo do decreto foi guardado a sete chaves por um núcleo restrito de secretários de Haddad, de forma que a Casa Civil, de Rui Costa, teve menos de 24 horas para fazer a análise técnica e jurídica do texto. O Ministério do Planejamento e Orçamento também só soube em cima da hora para incluir as previsões no

relatório.

A redação do decreto teve que ser processada rapidamente, e não ficou claro para os técnicos que havia impacto negativo para a indústria de fundos. A greve dos servidores da Receita Federal também impôs desafios adicionais para as discussões.

O problema só foi detectado após representantes do mercado financeiro terem alertado integrantes da Fazenda e do Palácio do Planalto, instantes após a publicação do texto no Diário Oficial.

Em reunião da JEO (Junta de Execução Orçamentária), antes da formalização das medidas, foi perguntado a representantes da Fazenda se o aumento do IOF havia sido discutido com o Banco Central. A resposta foi genérica, mas positiva.

A mesma posição foi repetida pelo secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, na entrevista coletiva de quinta-feira (22). Ele respondeu assertivamente, o que acabou abrindo uma crise entre a pasta e o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo —que disse publicamente ter sido surpreendido com o aumento do IOF para as remessas de fundos brasileiros ao exterior e se posicionou contra a medida.

Auxiliares de Haddad negam que tenha havido esse diálogo em reunião da JEO e afirmam que todo o rito de discussão técnica e elaboração do decreto foi seguido à risca. Eles atribuem as informações, confirmadas à Folha por integrantes do governo, a uma tentativa de atrapalhar o trabalho do ministro.

Procurados, Fazenda, Casa Civil e a Secom (Secretaria de Comunicação) da Presidência da República não haviam se manifestado até a publicação deste texto.

Continua na pág. A12



Confira as principais mudanças no IOF

OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

Operação	Como era	Como fica
Cartões de crédito e débito internacionais	3,38%	3,5%
Cartão pré-pago internacional, cheques de viagem para gastos pessoais	3,38%	3,5%
Remessa de recurso para conta do contribuinte brasileiro no exterior para investimento	0,38%	1,1% (governo havia previsto 3,5%)
Compra de moeda em espécie	1,1%	3,5%
Transação com conta multimooeda ou para conta de mesma titularidade no exterior	1,1%	3,5%
Empréstimo externo de curto prazo (até 364 dias)	Zero	3,5%
Transferências relativas a aplicações de fundos no exterior	Zero	Zero (governo havia previsto 3,5%)
Operações não especificadas	Entrada e saída = 0,38%	Entrada = 0,38% Saída = 3,5%

RECUO PARCIAL DO GOVERNO

Após críticas do mercado financeiro e de setores econômicos, o governo revogou parte das mudanças

- A alíquota do IOF sobre aplicações de fundos nacionais no exterior, inicialmente elevada para 3,5%, foi revertida para 0%
- A alíquota sobre remessas ao exterior destinadas a investimentos permaneceu em 1,1%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO PESSÓAS FÍSICAS (EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS)

- Nada muda

OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA EMPRESAS

- A alíquota anual foi elevada de 1,88% para 3,95%, equiparando-se à taxa aplicada às pessoas físicas
- Na contratação, a alíquota sobe de 0,38% para 0,95% —ao dia, passa de 0,0041% para 0,0082%
- MEIs (Microempreendedores Individuais) passam a pagar 1,95% ao ano
- Para empresas do Simples Nacional, a alíquota subiu de 0,88% para 1,95% ao ano em operações de até R\$ 30 mil
- Cooperativas de crédito com operações acima de R\$ 100 milhões anuais terão alíquota de 3,95% ao ano; cooperativas rurais permanecem isentas

PREVIDÊNCIA PRIVADA (VGBL)

- Foi instituída uma alíquota de 5% para aportes mensais superiores a R\$ 50 mil em planos de previdência privada do tipo VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre). Abaixo desse valor, a alíquota continua zerada

SEGUEREM NÃO TRIBUTADOS

- Importação e exportação
- Ingresso e retorno de recursos de investidor estrangeiro
- Empréstimos e financiamento externo, exceto curto prazo
- Remessa de dividendos e juros sobre capital próprio para investidores estrangeiros
- Cartão de crédito de turista estrangeiro
- Doações internacionais ambientais
- Cartões de crédito e débito de entidades públicas
- Transporte aéreo internacional
- Interbancárias
- Itaipu, missões diplomáticas e servidores diplomáticos
- Operação combinada de compra e venda por instituição autorizada

Folha de São Paulo

Vítimas de desconto indevido serão ressarcidas até o fim do ano, diz presidente do INSS

Governo federal ainda não sabe quanto a devolução irá custar aos cofres públicos; Haddad afirma que a conta não passará de R\$ 2 bi

Lucas Marchesini

BRASÍLIA O presidente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Gilberto Waller Júnior, disse que todos os beneficiários da autarquia que foram lesados com descontos irregulares serão ressarcidos até o fim do ano.

O governo federal ainda não sabe quanto o ressarcimento irá custar aos cofres públicos. Em entrevista para o jornal O Globo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a conta não passará de R\$ 2 bilhões.

Caso os cofres públicos precisem arcar com o ressarcimento ao beneficiário, o INSS entrará com uma ação regressiva para obter os valores das associações fraudulentas.

A fala foi feita em reunião do CNPS (Conselho Nacional da Previdência Social) realizada nesta terça-feira (27).

A reunião aconteceu sem representantes das associações de aposentados citadas na investigação da PF (Polícia Federal). Elas foram afastadas preventivamente pelo ministro da Previdência, Wolney Queiroz.

“Tivemos iniciativa de solicitar que investigadas fizessem afastamento provisório, sem violar a presunção de inocência. Apenas repetimos o que foi feito pelo próprio ex-ministro Carlos Lupi, que mesmo sem ser citado em nada optou por esse afastamento”, justificou Queiroz.

Em um primeiro momento, as centrais se queixaram da decisão, mas hoje, na reunião do CNPS, creditaram a reação a uma falha de comunicação.

“Não temos como retirar nota, foi forma de se expressar indignação com informação que veio atravessada. Faltou boa vontade,



O presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior Pedro Ladeira - 10.mai.25/Folhapress

até das centrais, de irem atrás da informação, da decisão que estava sendo tomada pelo ministro”, disse o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Rolando Medeiros.

O secretário nacional da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, discorda e diz que não foi uma falha de comunicação, mas sim uma mudança de postura de Queiroz após a pressão das centrais sindicais.

“O ministro só mandou a carta [falando das novas nomeações] depois da nossa nota. Não foi questão de falha de comunicação, foi por causa da nossa porra que ele teve que voltar atrás”, explicou à Folha. O ofício foi enviado perto das 23h dessa segunda (26). A nota crítica das centrais foi divulgada no fim da tarde.

Os conselheiros afastados serão substituídos por outros indicados pelas centrais sindicais.

Até lá, disse o ministro, o CNPS não tomará decisões.

Na reunião, o representante da CNC (Confederação Nacional do Comércio), Helio Queiroz da Silva, se queixou do serviço prestado pela Crefisa, que venceu 25 dos 26 lotes do leilão do INSS para gerenciamento da sua folha de pagamento. Ele citou denúncia da seção de São Paulo da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

“A Crefisa não tem estrutura adequada nas agências. Aposentados são obrigados a passar horas na fila no sol para serem atendidos. Ela obriga abertura de conta-corrente para cada pessoa e fazem venda casada”, disse.

A empresa negou os fatos relatados no ofício da OAB-SP e afirmou ter investido mais de R\$ 1 bilhão na ampliação e modernização de seus postos de atendimento. O presidente do INSS disse que abriu uma apuração interna para avaliar o caso.

O Estado de São Paulo

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



LuademeldePTcomGalípolo chega ao fim com divergências em série na pauta econômica

Alua de mel do PT com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, durou pouco. Quando ele chegou ao comando da instituição, em janeiro, foi aplaudido pelos petistas, que fizeram uma espécie de pacto de não agressão. A ordem era manter as críticas ainda à gestão anterior. Mas Galípolo não deu nenhum cavalo de pau em relação à era Roberto Campos Neto. O ciclo de alta de juros continuou e, na contramão do que acreditavam lideranças do partido do presidente Lula, ele entrou na defesa veemente da PEC da Autonomia Financeira do BC. Como mostrou a *Coluna*, em reunião ontem com senadores, pediu empenho na tramitação da proposta e defendeu que o BC tem de estar em consonância com os demais bancos centrais das nações mais desenvolvidas.

● **PANORAMA.** Galípolo relatou a mudança de cenário na última década que levou novas demandas ao Banco Central. Destacou o aumento dos bancos digitais, enquanto o BC perdeu metade dos colaboradores. Também fez defesa técnica sobre gestão mais eficiente do orçamento.

● **BOM HUMOR.** O clima foi descontraído. Galípolo até brincou com o tempo de vida da frota de carros do Banco Central, que é da década de 1980 e tem a mesma idade dele. Mas lembrou que, sem a autonomia financeira, não consegue trocar os veículos. Procurado por meio da assessoria do BC, Galípolo não comentou.

● **AINDA POR CIMA.** A última semana foi a de maior desgaste dos petistas com Gabriel Galípolo até o momento. Além da pauta da autonomia, o presidente do BC deixou clara sua divergência com a estratégia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em relação ao decreto de alta do IOF.

● **VEJA BEM.** Por ora, os integrantes do PT não farão críticas nominais ao presidente do Banco Central. Pelo menos em público, para evitar mais problemas com o mercado financeiro que possam virar “tiros no pé” do governo. O caso do IOF e a carta de José Dirceu à militância mirando contra a Faria Lima e o BC já estouraram a cota de desconforto do mês, observa um parlamentar.

● **CAVALO DE PAU.** O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou uma emenda mudando praticamente todo o projeto do Novo Código Eleitoral. Sua proposta mantém a definição de crime de boca de urna como é hoje, prevê responsabilização maior de dirigentes partidários por irregularidades e elimina barreiras à atuação do Ministério Público.

● **TEM MAIS.** O texto também derubou a quarentena de 4 anos para policiais, membros do MP e juízes se candidatarem. A matéria aguarda análise na CCJ.

O Estado de São Paulo

Poderes

Governo se movimenta em defesa de Moraes contra sanções nos EUA

— Titular de Relações Institucionais elogia ação no STF contra Eduardo Bolsonaro por mostrar que Brasil é 'soberano'; nota do Conselho de Direitos Humanos defende ministro

RAYSSA MOTTA
MARIA MAGNABOSCO
KARINA FERREIRA

No primeiro movimento do governo Lula após a abertura do inquérito contra o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT), disse ontem que a decisão mostra que o Brasil é "soberano". O inquérito foi instaurado a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

"A PGR e o STF estão comprovando que o Brasil é um país soberano, onde os cidadãos se submetem às leis e não a ameaças e pressões vindas do estrangeiro", afirmou Gleisi.

No X (antigo Twitter), Gleisi criticou a busca de Eduardo Bolsonaro por apoio político das autoridades americanas, acusando o deputado do PL de estar "conspirando com a extrema direita" dos EUA.

"A PGR foi acionada pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias, que denunciou as pressões da família e seus aliados no sentido de uma intervenção estrangeira na condução da ação penal contra Jair Bolsonaro e sua turma golpista", declarou a ministra.

Segundo Gleisi, Eduardo Bolsonaro está "espalhando mentiras contra Moraes e contra o Brasil". Para a ministra, foram ultrapassados "todos os limites e entraram na seara criminal". "Ditadura era o que eles queriam implantar com sua tentativa fracassada de golpe."

Em outra frente, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), ligado ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, publicou nota afirmando que as possíveis sanções dos Estados Unidos contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF, constituem "grave afronta à soberania do Estado brasileiro".

A entidade também solicita que as autoridades americanas "encerrem imediatamente" qualquer estudo institucional para aplicação das "abusivas medidas" contra o ministro.

O posicionamento foi motivado pela declaração do secretário de Estado americano, Marco Rubio, que disse, na quarta-feira passada, que "há grande



Gleisi Hoffmann, ministra da Secretaria de Relações Institucionais; critica a 'ameaças e pressões'

possibilidade" de o ministro ser alvo de sanções por parte do governo de Donald Trump.

"Sobre tais fatos, primeiramente, o CNDH entende que tais estudos e análise por parte de instâncias e instituições estadunidenses constituem grave afronta à soberania do Estado brasileiro, usando uma via transversa e ilegal no campo das relações internacionais, ameaçando e atacando uma autoridade da Suprema Corte Constitucional no Brasil, sem precedente na história moderna das civilizações", diz trecho do documento.

'Sem precedentes'
Para conselho, eventual sanção americana seria inédita na história recente das civilizações

A entidade também destaca que os parlamentares americanos atribuem a Moraes suposta perseguição contra apoiadores de Jair Bolsonaro, mencionando que o ex-presidente é réu na Suprema Corte por tentativa de golpe de Estado.

Para o conselho, a ameaça de sanção evidencia uma "manobra e tentativa de promover pressão política contra a soberania brasileira, em benefício de interesses privados de pessoas que promoveram a tentativa de um golpe de Estado no Brasil".

Eduardo Bolsonaro se mudou para os EUA em março, anunciando que iria "buscar sanções aos violadores dos direitos humanos".

Na semana passada, Gleisi também havia saído em defesa do ministro do STF, quando Marco Rubio disse que o magistrado poderia ser alvo de sanções do governo Trump. Gleisi avaliou como "vergonhosa" a possível ação do governo dos EUA, considerando a investida uma "conspiração de (Jair) Bolsonaro com a extrema direita dos EUA, em busca de intervenção estrangeira no Judiciário do Brasil".

MUDANÇA. Em dois meses, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, mudou de posição sobre a necessidade de investigar Eduardo Bolsonaro pela campanha que ele tem feito nos Estados Unidos e via redes sociais em prol de sanções contra autoridades brasileiras envolvidas na ação penal do golpe. O ponto de virada foi a declaração de Marco Rubio sobre Alexandre de Moraes.

Em março, o procurador-geral se manifestara contra a instauração de um inquérito para investigar Eduardo Bolsonaro alegando que não via indícios mínimos de crime. Na ocasião, ao analisar uma notícia-crime do PT, Gonet afirmou que as relações do deputado com autoridades estrangeiras eram "in-

suficientes" para deflagrar um inquérito.

Em sua primeira avaliação do caso, o PGR considerou que a atuação de Eduardo nos Estados Unidos estava inserida "no âmbito do exercício da atividade parlamentar" e que não havia "ações concretas" que poderiam "indicar a intenção delitosa" do deputado.

"Nesse contexto, ausentes evidências de ilegalidades atribuíveis ao parlamentar representado, não há justa causa para autorizar a abertura de investigação. Não se nota matéria delitiva nos atos narrados pelos notificantes", escreveu ele, em parecer enviado ao STF.

Anteontem, Gonet mudou o tom e afirmou que a conduta do deputado pode ser enquadrada em três crimes — coação no curso do processo, embargo à investigação de infração penal que envolva organização criminosa e abolição violenta do estado democrático de direito (mais informações nesta página). Segundo o procurador-geral, as manifestações de Eduardo têm se intensificado com o avanço do processo contra Jair Bolsonaro pela trama golpista, o que foi lido por Gonet como uma tentativa de intimidar o Supremo.

'AMEAÇA'. "É dado intuir dessas providências, a que o sr. Eduardo Bolsonaro se dedica com denodada diligência, o intuito de impedir, com a ameaça, o funcionamento pleno dos poderes constitucionais do mais alto tribunal do Poder Judiciário, da Polícia Federal e da cúpula do Ministério Público Federal, com isso atentando contra a normalidade do estado democrático de direito. A gravidade da ameaça de 'pena de morte civil internacional' que está sendo manejada é evidente por si", defendeu o procurador-geral ao pedir a instauração do inquérito.

Ontem, um dia depois da decisão de Moraes de aceitar o pedido de Gonet, Eduardo Bolsonaro usou as redes sociais para aumentar ainda mais o tom em relação ao Supremo.

"(Alexandre de) Moraes e sua trupe de aloprados vão criar um grave incidente diplomático com os EUA", escreveu o deputado em seu perfil no X (Twitter). ●

Possíveis crimes

● Obstrução de investigação

Segundo os procuradores, a conduta do parlamentar tem o intuito de intimidar as autoridades responsáveis pelo andamento do processo penal. Por isso, foi solicitada uma investigação pelos crimes de coação no curso do processo penal e obstrução de investigação contra organização criminosa

● O que diz a lei

Segundo o Código Penal, comete o crime de coação no curso do processo aquele que "usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo"

● Estado de direito

Eduardo Bolsonaro poderá responder por tentativa de abolição do estado de direito. A Lei dos Crimes contra a Democracia, sancionada por Jair Bolsonaro em 2021, proíbe negociações com um governo estrangeiro com o propósito de aplicação de atos hostis ao País

O Estado de São Paulo

Ação penal do golpe

Abin só soube da gravidade do 8 de Janeiro na véspera, afirma ex-diretor

Testemunha de defesa de Anderson Torres diz que agência não recebeu informações sobre fluxo de pessoas em Brasília com antecedência

LEVY TELES
BRASÍLIA

Ouvindo como testemunha de defesa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres, o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Saulo Moura da Cunha afirmou ontem, durante depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF), que a Abin só teve condições de compreender a gravidade dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 na véspera dos ataques

na Praça dos Três Poderes.

Assim como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Torres é acusado de integrar o "núcleo crucial" do plano de golpe de Estado. Os dois são réus em ação penal que tramita no Supremo. O ex-titular da Justiça era o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal na época dos atos golpistas.

'GRANDE PORTE'. Saulo Cunha foi chefe da Abin no início do governo Lula. Segundo relatou ontem, a agência não tinha conhecimento prévio do trajeto dos radicais e essa informação só chegou para ele às 8 horas do próprio dia 8, por meio da Polícia Federal. No dia 7, afirmou, a PF havia contado cerca de 25 ônibus na capital federal; no dia 8, o número de veículos passou para cem na

Granja do Torto. "Cem ônibus são quase 5 mil pessoas. Teríamos uma manifestação de grande porte", disse ele.

Os alertas, no entanto, já estavam sendo feitos desde o dia 2 de janeiro ao Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Naquela data, bolsonaristas trocavam mensagens em aplicativos com convocações para os atos em Brasília, sugerindo a invasão das sedes dos Poderes. Eles depredaram dependências do Palácio do Planalto, do Congresso e do STF.

Polícia Rodoviária Federal
Ex-diretor da PRF admitiu
operações de fiscalização
nas estradas em 2022,
mas negou viés político

Fazem parte do Sisbin, por exemplo, as secretarias executivas da Casa Civil, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e do Ministério das Relações Exteriores, além dos centros de inteligência de cada uma das Forças Armadas e do Ministério da Justiça, assim como as diretorias de inteligência da pasta, da PF e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

No dia 7 de janeiro de 2023, pela manhã, houve o primeiro contato com a Secretaria de Se-

gurança Pública do DF, feito pelo ex-secretário de Planejamento e Gestão da Abin, com a então subsecretária da pasta, Marília Ferreira de Alencar. "Essas manifestações efetivamente estavam tomando vulto. Achei melhor abrimos esse canal", afirmou Saulo Cunha. Marília Alencar é ré na ação do golpe.

De acordo com o ex-diretor da Abin, a agência não recebeu informações de outros órgãos via Sisbin para saber o fluxo de pessoas em Brasília nos dias anteriores ao 8 de Janeiro. "A PRF não passou informação de ônibus detectados na estrada", disse Saulo Cunha.

SEGUNDO TURNO. Ainda ontem, o ex-diretor de Operações da PRF Djairlon Henrique Moura afirmou que a corporação monitorou o transporte de pessoas das regiões Centro-Oeste e Sudeste para o Nordeste dias antes da eleição presidencial de 2022, mas negou que tenha havido uma ação para impedir eleitores de chegar ao local de votação.

"Mais de 60% dos veículos fiscalizados não demoraram mais que 15 minutos para serem liberados", disse Moura, que também participou de audiência no STF como testemunha de defesa de Torres. ●

Live sobre urnas causou
'desconforto' a Torres,
diz delegado da PF

Ex-secretário de Operações Integradas do Ministério da Justiça e testemunha de defesa do ex-titular da pasta Anderson Torres, o delegado Bráulio do Carmo Vieira afirmou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que viveu em 2021 com ataques sem provas à lisura do processo eleitoral causou "desconforto" a Torres.

"Pelo que me recordo, houve uma convocação do presidente da República (Jair Bolsonaro)", disse o delegado da Polícia Federal, em depoimento. Torres, segundo ele, procurou técnicos da PF para que levassem documentos sobre a segurança das urnas. "Houve desconforto pelo desconhecimento técnico do tema", relatou.

Também ouviu ontem na condição de testemunha de Torres, o ex-diretor-geral da PF Marcio Nunes disse que o ex-ministro da Justiça foi "convocado" por Bolsonaro para participar da live com questionamentos às urnas. ● L.T.

O Estado de São Paulo

Trabalho e Emprego

Ministério pede que ONG de secretária do PT devolva verba

Segundo relatório, entidade que recebeu recurso público firmou contrato antes de cotar preços e assinou acordos genéricos

VINÍCIUS VALFRÉ
BRASÍLIA

Um relatório do Ministério do Trabalho e Emprego apontou que uma ONG de Manaus, controlada pela secretária nacional de Mulheres do PT, Anne Moura, cometeu “várias irregularidades financeiras” com recursos repassados pela pasta para um projeto de qualificação profissional de jovens.

Além de problemas nas subcontratações, feitas com verba pública, a entidade não cumpriu o pactuado no âmbito do projeto de R\$ 1,2 milhão. O dinheiro serviria para capacitar 750 alunos de até 21 anos na região de Manaus. Agora, a parceria pode ser rescindida.

O Ministério do Trabalho informou que o chamado termo de fomento segue com atividades financeiras suspensas até uma decisão final após manifestação da entidade. Anne Moura afirmou sofrer perseguição política. A assessoria jurídica da ONG disse corrigir falhas da gestão anterior.

A fiscalização identificou que a ONG Instituto de Articulação de Juventude da Amazônia (Iaja) não cumpriu a regra de cotar três preços antes de contratar empresas prestadoras de serviços e firmou contrato de consultoria antes mesmo da sondagem ao mercado.

Também detectou que a ONG fez contratos com cláusulas genéricas que impedem a verificação dos serviços. Além disso, conforme o relatório, usou 97% dos R\$ 600 mil que recebeu antecipadamente sem direcionar nada para capacitação profissional.

A área técnica do ministério recomendou a devolução de R\$ 584,2 mil já usados pela

ONG. A entidade terá prazo para se manifestar e só depois a pasta de Luiz Marinho (PT) tomará uma decisão. “Sugere-se a restituição do valor, uma vez que se constataram várias irregularidades financeiras, inclusive na parte contratual e nas cotações”, diz o relatório.

FALHAS. O documento foi elaborado após a solicitação de documentos à nova gestão da ONG e de visita feita por técnico do ministério à entidade. “As justificativas apresentadas não se mostraram aptas a sanar as falhas verificadas, que vão desde ausência de cotação mínima, contratos genéricos, falta de comprovação da execução dos serviços, irregularidade na ordem dos atos administrativos até a não realização efetiva das ações previstas no plano de trabalho”, frisa.

O principal contrato firmado pela ONG com verba do Ministério do Trabalho, com a Cidade Consultoria Empresarial, foi assinado antes da cota-

ção de preços no mercado, por R\$ 614,6 mil – valor parcialmente pago. O serviço consistia em “serviços técnicos profissionais de organização acadêmica, dos materiais didáticos e de serviços relacionados aos recursos humanos”.

Questionada pela pasta, a ONG alegou “erro material” e disse que deveria haver “presunção de boa-fé nos atos praticados”. O argumento não foi acolhido. “Embora a instituição tenha indicado genericamente que os serviços prestados envolvem ‘organização acadêmica, materiais didáti-

cos com pelo menos três empresas. Dos cinco processos de compras e subcontratações fiscalizados, só um cumpriu a exigência. Mesmo assim, houve ‘ausência de chamamento público ou qualquer forma de divulgação que possibilitasse ampla concorrência’.

‘PROVIDÊNCIAS’. Procurada, Anne Moura disse que é vítima de “perseguição política e pessoal”. A ONG atribuiu as irregularidades à gestão do ex-presidente do Iaja Marcos Rodrigues. Na versão dele, a briga se deu por insatisfação com o uso da estrutura da ONG para fins pessoais de Anne Moura. Em março, Rodrigues disse ao **Estado** que, como chefe formal da ONG, era o responsável por operar desvios de recursos e de finalidades de editais.

No processo de fiscalização mencionado, as explicações enviadas ao ministério foram assinadas pela atual presidente da ONG, Samara Pantoja. Em nota assinada pelo advogado Hamilton Colares Azevedo Júnior, o Iaja afirma que “já está adotando todas as providências legais cabíveis frente aos apontamentos apresentados no relatório, visando à salvaguarda da reputação da instituição e ao restabelecimento da verdade dos fatos”. ●

Defesa

Anne Moura, secretária de Mulheres do PT, nega irregularidades e se diz vítima de perseguição

cos e recursos humanos”, o contrato não apresenta cláusulas suficientemente detalhadas sobre o escopo técnico do objeto, tampouco critérios para aferição da execução ou resultados entregues.”

Procurada, a dona da empresa, Meyre Carvalho, disse que consultaria sua diretoria, mas não respondeu.

A ONG também não cumpriu a obrigação de fazer cota-

O Estado de São Paulo

Assembleia Legislativa

Petistas tentam barrar carteira de estudante gratuita em São Paulo

Projeto de autoria de deputado bolsonarista pode ser votado hoje; PT alega que texto fragiliza autonomia do movimento estudantil

BIANCA GOMES
PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

A bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) vem travando há semanas a votação do Projeto de Lei (PL) que cria a carteira estudantil gratuita no Estado. O partido argumenta que a medida ameaça o financiamento de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que contam com a emissão do documento para manter suas atividades.

O presidente da Alesp, André do Prado (PL), quer levar a proposta a voto hoje – será a primeira tentativa de reservar um dia de plenário para proje-

tos sobre os quais não há consenso na Casa, como antecipou o **Estado**. O texto seria votado no mês passado, mas acabou ficando de fora da pauta após a bancada do PT ameaçar obstruir a votação de outros 25 projetos. Desde então, os petistas têm articulado para barrar o avanço do texto.

De um lado, deputados bolsonaristas, que trabalham para que o PL seja aprovado logo, afirmam que a carteirinha gratuita é uma forma de acabar

mento estudantil, já que a emissão de carteirinhas é a principal fonte de financiamento dessas organizações.

'ATAQUE DIRETO'. Para a UNE, o projeto é um "ataque direto ao movimento estudantil organizado", enfraquece a representação estudantil e desvirtua o debate sobre educação. A entidade também critica a forma como o texto tramitou até agora, "sem diálogo com a sociedade civil".

"Trata-se de uma medida que, ao invés de responder às verdadeiras urgências da educação, busca desarticular as organizações que historicamente lutam por ela", afirmou a UNE, em nota. A organização não informou quanto arrecada anualmente com as carteirinhas nem o percentual que a atividade representa em sua receita anual.

É possível estimar, porém, que a UNE obtém cerca de R\$ 5,6 milhões por ano. A emissão

Custo

R\$ 45 é o valor cobrado por entidades estudantis para a emissão da carteirinha, que tem validade nacional e precisa ser renovada todo ano; a UNE não divulga a arrecadação anual, mas estima-se que seja da ordem de R\$ 5,6 milhões

custa R\$ 45, e a organização disse ao **Estado** que, em média, emite "menos de 150 mil documentos por ano, sendo mais de 25 mil de forma gratuita".

"A ampla maioria adquire seu documento diretamente com suas entidades de base, como DCEs e centros acadêmicos", disse a UNE. No passado, a emissão já foi responsável por 80% do orçamento da entidade. O documento tem validade nacional e precisa ser renovado anualmente.

DIGITAL. Em 2019, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) editou a Medida Provisória 895/2019, que criou a "ID Estudantil" – uma carteirinha estudantil gratuita e digital. Mas a MP não foi analisada pelo Congresso e perdeu a validade. Desde fevereiro de 2021, a carteirinha estudantil voltou a ser regida pela Lei 12.933/2013, com custo para os estudantes.

Sancionada no governo Dilma Rousseff (PT), ela determina que a carteirinha – que dá direito à meia-entrada em eventos culturais – seja emitida pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), além da UNE. Diretórios, centros acadêmicos e entidades estaduais e municipais filiadas às organizações nacionais também podem fornecer o documento.

O projeto de lei que cria a Carteira de Identificação Estudantil do Estado de São Paulo (Ciesp) foi apresentado pelo deputado Tenente Coimbra (PL) e prevê a emissão gratuita, preferencialmente em formato digital. O texto teve a urgência aprovada com apoio do PT, que mudou de posição quando a proposta chegou ao plenário, no mês passado. ●

Vínculo
Deputados do PL veem entidades próximas a partidos de esquerda e miram financiamento

com a obrigatoriedade de pagamento a entidades estudantis, muitas delas vinculadas a partidos de esquerda. Do outro, o PT sustenta que a medida enfraquece a autonomia do movi-

O Estado de São Paulo

Margem Equatorial Discussão no Senado

Marina deixa audiência no Senado após bate-boca

— Senador Plínio Valério disse que ‘a mulher Marina merecia respeito; a ministra, não’; Lula e outras autoridades manifestaram solidariedade

LUÍZ ARAÚJO
BRASÍLIA

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deixou ontem uma audiência pública no Senado após discussões com parlamentares da oposição. Marina diz que se sentiu desrespeitada durante a sessão, convocada para debater a criação de unidades de conservação na Margem Equatorial.

A tensão chegou ao ápice quando o líder do PSDB, senador Plínio Valério (AM), afirmou que “a mulher Marina merecia respeito; a ministra, não”. Marina exigiu um pedido de desculpas para continuar, mas não foi atendida.

O presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), senador Marcos Rogério (PL-RO), reclamou da postura da ministra e fechou o som do microfone usado por Marina nos minutos finais da audiência. Segundo ele, a ministra estava “provocando”. O senador também bateu boca com Marina. No momento mais tenso, disse à ministra para “se pôr no seu lugar”. Marina reagiu: “Gosta-

ria que eu fosse mulher submissa, não sou”. Marcos Rogério não gostou do tom da ministra e, em resposta, afirmou que sempre tratou bem os ministros do governo e não aceitava a pecha de “sexista”.

Marina, que participava na condição de convidada, informou que, diante do cenário, iria se retirar.

Após o episódio no Senado, a ministra se reuniu com o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) para abrir nova frente de articulação política e tentar barrar a aprovação do projeto que altera as regras de licenciamento ambiental. Marina pediu a Motta que o projeto “tenha o tempo necessário” de debate na Casa. A ministra foi acompanhada do líder do governo da Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE).

Não foi a primeira vez que Plínio Valério atacou a ministra. Em março, durante um evento da Fecomércio no Estado do Amazonas, o senador fez comentário sobre sessão da CPI das ONGs e disse: “Imaginem vocês o que é ficar com a Marina seis horas e dez minu-



Marcos Rogério cortou o microfone de Marina durante a audiência

“Unidades de conservação são criadas dentro de um plano, não é algo isolado. Têm um papel estratégico na proteção, no uso sustentável da biodiversidade”

Marina Silva
Ministra do Meio Ambiente

“Estamos em cima da riqueza, na pobreza, contemplando a natureza. Olhar para a árvore, beleza cênica, não enche barriga”

Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador

tos sem ter vontade de enforcá-la?”. Mais tarde, Valério alegou que tinha falado apenas de brincadeira. Marina não gostou e naquele mesmo dia declarou: “Quem faz ameaças à vida dos outros de brincadeira e rindo? Só os psicopatas”.

REAÇÕES. Diversas autorida-

des reagiram ao episódio. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ligou para a ministra para dizer que ela agiu corretamente ao se retirar da audiência. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, Lula prestou solidariedade a Marina, dizendo que sentiu “mal-estar” ao ver as imagens do bate-boca entre a ministra e os parlamentares.

A audiência foi proposta por senadores da Região Norte, que avaliam que a criação de reservas é uma iniciativa para dificultar os estudos necessários para exploração da área. Segundo a ministra, porém, a criação de reservas é um processo que está em curso há 20 anos.

Durante a audiência, Marina afirmou que a criação de quatro unidades de conservação na Margem Equatorial, no Norte brasileiro, não impede a exploração econômica da região. Ela disse que, ao contrário de apontamentos feitos durante a sessão, o Ibama não está atrasando análises de forma proposital. “O Ibama não facilita ou dificulta, cumpre a lei”, afirmou.

Para senadores da região Norte, a criação das unidades de conservação marinha na Mar-

gem Equatorial é uma iniciativa para dificultar os estudos necessários para exploração da área.

“Unidades de conservação são criadas dentro de um plano, não é algo isolado. Têm um papel estratégico na proteção, no uso sustentável da biodiversidade”, defendeu Marina.

A ministra mostrou uma folha de apresentação com trecho comum das diretrizes que acompanham as propostas de criação das unidades questionadas. “Já está estabelecido que oleodutos, gasodutos, portos... O que tiver de fazer, isso (a reserva) não será impeditivo.”

O destaque feito por Marina Silva buscou responder a questionamentos como o do senador Lucas Barreto (PSD-AP). Na fala direcionada à ministra, Barreto reclamou dos níveis de pobreza do Norte do País. “Estamos em cima da riqueza, na pobreza, contemplando a natureza. Olhar para a árvore, beleza cênica, não enche barriga”, disse o senador.

“Poderá ser feita (exploração) desde que se faça o licenciamento, obviamente. Com ou sem reserva tem de fazer o licenciamento”, afirmou a ministra. Contudo, emendou com uma crítica direta ao novo Marco do Licenciamento Ambiental (PL 2.159/2021) aprovado pelo Senado na semana passada. Marina Silva disse que a análise prévia seguirá sendo uma premissa “a menos que prevaleçam todos os retrocessos que vêm se tentando fazer no processo de licenciamento”.

O novo marco incorporou, por iniciativa do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a criação da Licença Ambiental Especial (LAE). O dispositivo abre um rito simplificado para obras classificadas como estratégicas, ainda que tenham potencial de degradação ambiental. Caso se torne lei, a nova categoria servirá para destravar a prospecção de petróleo na Margem Equatorial, bandeira do senador amapaense.

● COLABORARAM GABRIEL DE SOUZA, KARINA FERREIRA e PAULA FERREIRA

Veículo
Radar Litoral



Projeto de auxílio financeiro aos aposentados e pensionistas é aprovado pela Câmara de Caraguatatuba

A Câmara Municipal de Caraguatatuba aprovou nesta terça-feira (27), em regime de urgência, por unanimidade, do projeto de auxílio financeiro destinado aos aposentados e pensionistas da Prefeitura de Caraguatatuba vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Câmara de Caraguatuba aprova auxílio financeiro a aposentados e pensionistas

Em sessão marcada por importantes votações, a Câmara Municipal de Caraguatuba aprovou por unanimidade, nesta terça-feira (27/5), em regime de urgência, o projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que institui um auxílio financeiro a aposentados e pensionistas da Prefeitura vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículo
Radar Litoral



Entrepasto de Pesca do Camaroeiro terá 'saída fotográfica' neste sábado no projeto Clube da Fotografia

O fotógrafo e artista-orientador das Oficinas Culturais da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc), Gustavo Grunewald, realizará neste sábado (31/5), das 14h30 às 18h30, uma saída fotográfica no Entrepasto de Pesca do Camaroeiro. O ponto de encontro é o mirante da Pedra da Freira, junto ao camaroeiro, no Centro.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Entrepasto de Pesca do Camaroeiro é cenário da Saída Fotográfica neste sábado

O fotógrafo e artista-orientador das Oficinas Culturais da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc), Gustavo Grunewald, realizará neste sábado (31/5), das 14h30 às 18h30, uma saída fotográfica no Entrepasto de Pesca do Camaroeiro. O ponto de encontro é o mirante da Pedra da Freira, junto ao camaroeiro, no Centro. A inscrição é gratuita e deve ser realizada através do link <https://tinyurl.com/yck6w8he>.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral



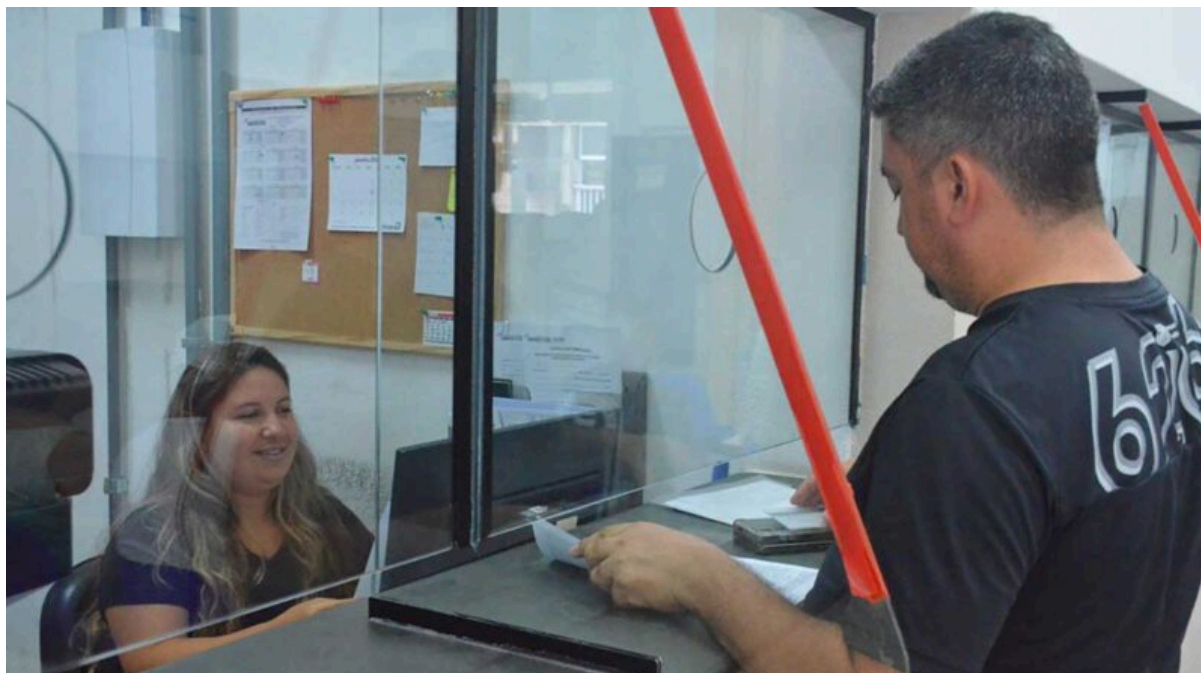
Fundacc e CIEE seguem com inscrições abertas para processo seletivo de estágio

O Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e a Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc) estão com as inscrições abertas do processo seletivo para formação de cadastro reserva para estágio na instituição. As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas até meio-dia de 5 de junho, incluindo sábados, domingos e feriados, exclusivamente via internet, pelo site: <https://pp.ciee.org.br/vitrine/processos-seletivos/publico>.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

Portal Notícias do Litoral



Secretaria de Administração de Caraguatatuba e CIEE divulgam resultado preliminar do processo seletivo de estagiários

A Secretaria de Administração e o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee) publicaram o resultado preliminar do Processo Seletivo Para Quadro de Reserva e Contratação de Estagiários nº 01/2025 da Prefeitura de Caraguatatuba na Edição nº 1.591 do Diário Oficial Eletrônico do Município de segunda-feira (26/5). Um total de 799 estudantes de 32 cursos constam na lista divulgada.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Fundacc inicia audiências públicas da PNAB

As audiências públicas do 2º Ciclo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) já têm data marcada em Caraguatatuba. Os encontros serão realizados de norte ao sul do município, oportunizando a participação de todos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Caraguatatuba inicia mutirão para zerar fila de pedidos de limpa-fossa

A Secretaria de Serviços Públicos de Caraguatatuba começou a Operação Limpa-Fossa para zerar a lista de 995 pedidos de limpeza na Central 156 desde março de 2024. A força-tarefa conta com seis caminhões hidrovácuo para concluir o atendimento das solicitações represadas até o fim de junho.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Ubatuba Times



Caraguatatuba inicia mutirão para zerar fila de pedidos de limpa-fossa

A Secretaria de Serviços Públicos de Caraguatatuba começou a Operação Limpa-Fossa para zerar a lista de 995 pedidos de limpeza na Central 156 desde março de 2024. A força-tarefa conta com seis caminhões hidrovácuo para concluir o atendimento das solicitações represadas até o fim de junho.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Notícias do Litoral Norte



Mais de 900 pedidos de limpeza de fossa começam a ser atendidos em Caraguatatuba

A Prefeitura de Caraguatatuba, por meio da Secretaria de Serviços Públicos, deu início à Operação Limpa-Fossa, com o objetivo de atender os 995 pedidos acumulados na Central 156 desde março de

2024. A ação emergencial prevê a conclusão de todos os chamados até o fim de junho.

Veículo
Boca no Trombone



Operação limpa fossa começou em Caraguá!

FALA, BEBÊS, CEIS TÃO BÃO? Tio passou só pra dar aquele recadinho maroto pranceis!

Tá com a fossa cheia e o já tá querendo fazer amizade com o quintal? CALMA, MEU POVO! A Operação Limpa-Fossa começou em Caraguá e o bagulho tá ficando sério (e LIMPO)!

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal Leia

JORNAL
leia

NOTÍCIAS

Caraguá inicia mutirão para zerar fila de pedidos de limpa-fossa

27 de maio | 2025



Caraguatatuba inicia mutirão para zerar fila de pedidos de limpa-fossa

FORÇA-TAREFA | A Secretaria de Serviços Públicos de Caraguatatuba começou a Operação Limpa-Fossa para zerar a lista de 995 pedidos de limpeza na Central 156 desde março de 2024. A força-tarefa conta com seis caminhões hidrovácuo para concluir o atendimento das solicitações represadas até o fim de junho.

Geral

Veículo
Radar Litoral



Caminhão tomba no km 78,5 e interdita faixa da direita na Serra Antiga da Tamoios

Um caminhão basculante tombou no km 78,5 da Serra Antiga da Rodovia dos Tamoios por volta das 13h desta terça-feira (27/5). Uma pessoa teve ferimentos leves e foi atendida por equipes da Concessionária Tamoios e do Corpo de Bombeiros.

A faixa da direita está bloqueada para o atendimento e retirada da carga de areia que ficou espalhada na pista. O fluxo segue pela faixa da esquerda.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Motorista fica ferido após caminhão tombar na serra antiga da rodovia dos Tamoios

Um caminhão tombou, no início da tarde desta terça-feira (27/5), na serra antiga da rodovia dos Tamoios. Uma pessoa ficou ferida.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Band Vale



Acidente na Serra Antiga da Tamoios Interdita Faixa da Direita no Km 78,5

Na tarde desta terça-feira (27), por volta das 13h, um acidente envolvendo um caminhão foi registrado no Km 78,5 da Serra Antiga, sentido litoral, segundo informações da Concessionária Tamoios.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Notícias das Praias



Caminhão carregado de areia tomba na descida da serra de Caraguatatuba

*Um caminhão carregado de areia tombou no trecho de serra da rodovia dos Tamoios no início da tarde desta terça-feira, dia 27. O motorista ficou levemente ferido. O acidente mobilizou equipes do *Corpo de Bombeiros de Caraguatatuba* e da concessionária responsável pela rodovia.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Menor é apreendido por tráfico de drogas no Morro do Algodão

Um menor foi apreendido na noite de segunda-feira (26/5) por ato infracional análogo ao tráfico de drogas, no bairro Morro do Algodão, na região sul da cidade. A ação foi realizada por agentes da Guarda Civil Municipal (GCM) de Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

07.04.2025

Entrevista com o Secretário de Saúde, Dr. Raphael Ghetti, para a TV Câmara.

Pauta: Campanha de vacinação contra gripe.



Assista a reportagem completa [aqui](#).